

IRÃO

REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃO

Chefe de Estado:	Líder da República Islâmica do Irão: Ayatollah Sayed 'Ali Khamenei
Chefe de Governo:	Presidente: Dr. Mahmoud Ahmadinejad
Pena de morte:	retencionista
População:	74,2 milhões
Esperança média de vida:	71,2 anos
Taxa de mortalidade – menores de 5 anos (m/f):	33/35 por 1000
Taxa de literacia nos adultos:	82,3 por cento

Uma intensa campanha de repressão dos protestos políticos foi levada a cabo antes e, principalmente, depois das eleições presidenciais de Junho, cujos resultados foram amplamente disputados, agravando o já antigo quadro de repressão. As forças de segurança, principalmente as milícias paramilitares Basij, usaram força excessiva contra manifestantes. Dezenas de pessoas foram mortas ou gravemente feridas. As autoridades limitaram a liberdade de expressão a um nível sem precedentes, bloqueando as redes de telefones móveis e fixos e as comunicações através da Internet. Mais de 5000 pessoas foram detidas no final do ano. Muitas foram torturadas, incluindo algumas que alegaram ter sido violadas sob detenção, ou vítimas de outras formas de maus-tratos. Algumas morreram devido aos ferimentos sofridos. Dezenas de pessoas foram julgadas em massa em "julgamentos espectáculo" flagrantemente injustos. A maior parte foi condenada a penas de prisão, mas pelo menos seis foram condenados à morte.

Os abusos relacionados com as eleições ocorreram num cenário de grave repressão, a qual persistiu ao longo de 2009 e cujas vítimas incluíram membros de minorias étnicas e religiosas, estudantes, defensores dos direitos humanos e defensores de reformas políticas. As mulheres continuaram a enfrentar sérias discriminações na lei e na prática, e os defensores dos seus direitos foram perseguidos, detidos e condenados a penas de prisão. A tortura e outras formas de maus-tratos de detidos continuou a ser comum, e pelo menos 12 pessoas morreram sob custódia. Os detidos eram sistematicamente impedidos de ter acesso a advogados, cuidados médicos e à família, e muitos enfrentaram julgamentos injustos. O Irão continuou a ser um dos países com maior número de execuções e um dos muito poucos que ainda executavam delinquentes juvenis: pelo menos 388 pessoas foram executadas, incluindo uma que foi apedrejada até à morte e pelo menos cinco menores.

Antecedentes

Manteve-se a tensão internacional por causa do programa nuclear iraniano. Em Março, o Conselho de Segurança da ONU aprovou o alargamento das sanções económicas e políticas contra o Irão. Em Setembro, o governo revelou a existência de uma central de enriquecimento de urânio até então desconhecida.

O Irão continuou a acolher quase 1 milhão de refugiados, na maioria provenientes do Afeganistão. Os refugiados tinham um acesso limitado aos serviços sociais e à educação.

Eleições presidenciais – abusos generalizados

As autoridades intensificaram a repressão contra os críticos e opositores do governo nos meses que antecederam as eleições presidenciais de 12 de Junho, nas quais o detentor do cargo, presidente Mahmoud Ahmadinejad, foi oficialmente declarado vencedor. Apenas três dos 474 outros candidatos foram autorizados a participar nas eleições. A divulgação dos resultados oficiais, a 13 de Junho, deu origem a protestos em massa, com centenas de milhar de pessoas a saírem para as ruas. As forças de segurança, particularmente a milícia

paramilitar Basij, foram mobilizadas para reprimir os protestos à força, principalmente depois de o Líder Supremo ter exigido o fim dos protestos a 19 de Junho. Contudo, os protestos continuaram até ao final do ano em datas importantes tal como o festival religioso de Ashura a 27 de Dezembro. As autoridades bloquearam as comunicações por telemóvel e Internet, incluindo as redes sociais, para impedir a circulação de informações. Impediram ainda jornalistas estrangeiros de cobrir as manifestações, expulsando alguns deles, e responsáveis da segurança controlaram o conteúdo dos jornais. As forças de segurança invadiram as universidades, ferindo estudantes. As autoridades acusaram os governos dos EUA e do Reino Unido de organizarem os protestos, o que estes negaram.

Os três candidatos derrotados alegaram todos fraude eleitoral e queixaram-se ao órgão responsável pela organização das eleições. O órgão ordenou a realização de uma recontagem parcial, mas rejeitou a maioria das queixas apresentadas pelos candidatos. Mahmoud Ahmadinejad tomou posse para um segundo mandato a 5 de Agosto.

Homicídios dolosos

As milícias Basij e outras forças de segurança usaram força excessiva contra os manifestantes, espancando-os com bastões e investindo propositadamente sobre eles de moto. As autoridades afirmaram que 43 manifestantes morreram, mas fontes da oposição alegaram que o número de vítimas seria provavelmente superior a 100. Centenas de pessoas ficaram feridas.

■ Neda Agha Soltan, de 27 anos, foi morta a tiro numa rua de Teerão a 20 de Junho, durante uma manifestação. O momento da sua morte foi filmado. O perpetrador foi identificado como membro das milícias Basij, mas as autoridades responsabilizaram a imprensa britânica e norte-americana pela sua morte. A família de Neda Agha Soltan e outras pessoas que participaram no seu funeral foram perseguidas e intimidadas pelas forças de segurança.

Detenções

Mais de 5000 pessoas foram detidas após as eleições no final do ano, incluindo políticos da oposição, jornalistas, académicos, estudantes, advogados, activistas dos direitos humanos e militares. As pessoas de dupla nacionalidade ou com ligações aos EUA ou ao Reino Unido também estiveram na mira das autoridades. Algumas foram detidas durante as manifestações, outras foram presas em casa ou no local de trabalho e outras, que estavam feridas, foram detidas no hospital. A maior parte dos detidos não teve acesso a representação legal. Muitos não tiveram acesso às suas famílias nem a cuidados médicos.

Centenas de detidos foram libertados poucos dias ou semanas depois, mas dezenas de outros foram acusados de crimes vagamente definidos, como fomentar uma "revolução de veludo" ou cometer "actos contra a segurança nacional", e foram julgados em "julgamentos espectáculo".

■ Mohammad Ali Abtahi, Mohsen Aminzadeh, Said Hajjarian e pelo menos quatro outros líderes políticos foram detidos dias após as eleições. Todos eram prisioneiros de consciência. Said Hajjarian foi libertado sob fiança em Outubro e Mohammad Ali Abtahi em Novembro. Mohsen Aminzadeh continuava sob custódia no final do ano.

Violações e outras formas de tortura

Alguns detidos foram levados para o centro de detenção de Kahrizak, a sul de Teerão, onde foram torturados ou sujeitos a outras formas de maus-tratos. Kahrizak tornou-se rapidamente um símbolo dos abusos, ao ponto de o Líder Supremo ter ordenado o seu encerramento em Julho. No final do ano, 12 responsáveis foram julgados num tribunal militar por abusos, incluindo três por homicídio.

Surgiram provas concludentes de que vários detidos, tanto homens como mulheres, foram violados e sujeitos a outras formas de tortura durante a sua detenção, mas em vez de investigarem exaustivamente as alegações, as autoridades apressaram-se a negá-las, perseguindo as vítimas e encerrando os escritórios de um comité que recolhia os seus testemunhos.

■ Ebrahim Sharifi, um estudante de 24 anos, afirmou ter sido violado, gravemente espancado e sujeito a uma execução fingida por parte de elementos das forças de segurança, nas semanas que se seguiram à sua detenção a 22 de Junho. Tentou apresentar queixa mas teve de fugir depois de ele e a sua família terem sido ameaçados por elementos das forças de segurança. A 13 de Setembro, um painel judicial rejeitou as alegações de violação e acusou-o de as ter inventado por motivos políticos, levando-o a fugir do Irão.

■ Mohsen Ruholamini, filho de um colaborador do candidato presidencial Mohsen Rezaei, morreu a 23 de Julho após ter estado detido em Kahrizak durante duas semanas. De acordo com o relatório do médico legista, ele morreu de ataque cardíaco e hemorragias internas causadas por agressões repetidas com um objecto contundente.

Julgamentos injustos

Sucessivos "julgamentos espectáculo" em massa envolvendo dezenas de detidos foram organizados a partir de Agosto. Estes julgamentos eram flagrantemente injustos. A maior parte dos acusados, senão todos, não teve acesso a advogados. A maioria tinha estado detida em regime de isolamento durante várias semanas, e muitos alegaram terem sido torturados ou maltratados antes de serem levados a tribunal. Os julgamentos decorreram à porta fechada, mas excertos transmitidos na televisão estatal mostraram os acusados a fazer o que pareciam ser "confissões" forçadas. Mais de 80 pessoas foram condenadas a penas de prisão de até 15 anos. Outras seis pessoas foram condenadas à morte.

Defensores dos direitos humanos

Os defensores dos direitos humanos, incluindo activistas dos direitos das minorias e das mulheres, advogados e sindicalistas, continuaram a enfrentar detenções arbitrárias, perseguições, acusações e julgamentos injustos ao longo do ano. Alguns foram proibidos de viajar para o estrangeiro.

■ Em Abril, cinco líderes do Sindicato da Companhia de Cana-de-açúcar de Haft Tapeh foram condenados a penas de até seis meses de cadeia por "propaganda contra o sistema", por criticarem as condições no local de trabalho quando foram entrevistados por jornalistas estrangeiros em 2008. Começaram a cumprir as sentenças em Novembro, após o seu recurso ter sido rejeitado.

■ Cinco membros do Comité dos Repórteres dos Direitos Humanos foram detidos em Dezembro e outros foram perseguidos por responsáveis dos serviços de informações.

Discriminação contra as mulheres

As mulheres continuaram a ser discriminadas na lei, apesar de alguns progressos menores. Os defensores dos direitos das mulheres, incluindo aqueles que estiveram envolvidos na campanha "Um Milhão de Assinaturas" para acabar com a discriminação legal, foram perseguidos, detidos, processados e proibidos de viajar para recolherem assinaturas de apoio à sua petição.

■ A 1 de Fevereiro, Alieh Eghdam-Doust, da Campanha para a Igualdade, começou a cumprir uma pena de três anos de prisão por participar numa manifestação pacífica. Ela foi uma das muitas mulheres detidas durante um protesto realizado em Junho de 2008 contra as leis discriminatórias, e a primeira a iniciar o cumprimento da sentença.

Liberdade de expressão e de associação

As autoridades bloquearam o acesso a websites críticos, principalmente os de bloggers iranianos, e bloquearam periodicamente os websites de órgãos de comunicação social estrangeiros com notícias sobre o Irão. Em Abril, as autoridades avisaram os utilizadores de SMS que as mensagens eram "controladas" pela nova lei dos "crimes da Internet" que entrou em vigor em Janeiro. As autoridades encerraram ou mantiveram ainda a proibição de dezenas de jornais, revistas e outra imprensa escrita, ameaçaram os jornalistas críticos e infiltraram e minaram os grupos independentes da sociedade civil, como a Sociedade de Apoiantes dos Direitos Humanos de Esfahan. Centenas de estudantes foram proibidos de estudar por causa

do seu activismo nas universidades.

■ Quatro alunos da Universidade Amir Kabir de Teerão foram detidos nas suas casas a 24 de Fevereiro por participarem numa manifestação pacífica, no dia anterior, contra a decisão do governo de sepultar no campus os restos mortais de militares, facilitando desta forma o acesso sem restrições ao campus das milícias Basij e de outras forças de segurança. Outros estudantes foram detidos pelos mesmos motivos. Todos foram libertados até Julho sem serem acusados de qualquer crime.

■ Roxana Saberi, uma jornalista de dupla nacionalidade norte-americana e iraniana, foi condenada por "colaboração com um governo hostil" num julgamento que decorreu à porta fechada a 18 de Abril no Tribunal Revolucionário de Teerão, após ter sido detida a 31 de Janeiro. Foi condenada a oito anos de prisão, mas esta sentença foi reduzida a dois anos de prisão com pena suspensa na sequência de críticas nacionais e internacionais. Foi libertada a 12 de Maio e autorizada a deixar o país.

■ Dois irmãos, Arash e Kamiar Alaei, ambos médicos activos no campo do tratamento e prevenção do VIH/SIDA, foram condenados em Janeiro a seis e três anos de prisão, respectivamente, por "cooperação com um governo inimigo". Eles tinham sido julgados à porta fechada no dia 31 de Dezembro de 2008. Não foram informados das acusações nem das provas contra si, e não foram autorizados pelo tribunal a chamar ou interrogar testemunhas. Ambos eram prisioneiros de consciência, presos por causa do seu trabalho médico com instituições de saúde dos EUA e outras instituições internacionais.

Discriminação

Minorias étnicas

Os membros das minorias étnicas iranianas continuaram a enfrentar discriminação, juntamente com perseguições e condenação a penas de prisão por defenderem um maior respeito pelos seus direitos sociais e culturais, incluindo o direito à educação na língua materna. Em Junho, o governo anunciou que iria autorizar que alguns cursos superiores fossem ministrados nas línguas regionais.

Membros das minorias ahwazi e azeri foram alvo de repressão continuada. Membros da pequena minoria sunita azeri foram detidos em Fevereiro quando protestavam contra cortes no abastecimento de água. Membros da minoria curda suspeitos de pertencerem a grupos ilegalizados da oposição armada foram detidos e condenados a penas de prisão. Alguns foram condenados à morte e pelo menos um foi executado, possivelmente como represália por uma série de ataques contra responsáveis da província do Curdistão em Setembro. Na província de Sistan-Baluchistão, onde reside a minoria sunita baluche, a violência intensificou-se, com confrontos entre as forças de segurança e membros do Movimento Popular de Resistência do Irão (PRMI), um grupo político armado também conhecido como Jondallah. A 18 de Outubro, pelo menos 42 pessoas, incluindo altos responsáveis dos Guardas da Revolução e civis, foram mortas num ataque reivindicado pelo PRMI.

■ A 30 de Maio, dois dias depois de um ataque bombista do PRMI contra uma mesquita de Zahedan ter morto pelo menos 25 pessoas, três homens foram executados em público junto à mesquita por alegadamente terem contrabandeado os explosivos para o Irão; os três já se encontravam detidos por suspeita de envolvimento noutros ataques quando ocorreu o atentado contra a mesquita.

Minorias religiosas

Membros de algumas minorias religiosas, algumas das quais não reconhecidas pelo governo, continuaram a ser vítimas de discriminação, perseguições, detenções arbitrárias e danos contra a propriedade comunitária. Entre estes encontravam-se clérigos sunitas; clérigos xiitas que defendiam a separação do Estado e da religião; membros das comunidades dervixe e ahl-e haqq; membros de uma associação filosófica chamada Al-e Yasin; cristãos e membros da comunidade baha'i, que continuavam a ter acesso ao ensino superior. Os muçulmanos convertidos a outras religiões corriam risco de serem atacados e julgados por "apostasia", crime punido com a pena de morte.

■ Maryam Rostampour e Marzieh Amirizadeh Esmaeilabad, ambos muçulmanos convertidos ao cristianismo, foram detidos a 5 de Março em Teerão por distribuírem Bíblias e participarem em encontros religiosos. Ambos eram prisioneiros de consciência. Foram libertados em Novembro depois de absolvidos do crime de "agir contra a segurança do Estado" pelo Tribunal Revolucionário em Outubro, mas continuavam a enfrentar acusações de "apostasia" e "proselitismo" num Tribunal Geral.

■ Sete membros da comunidade baha'i, duas mulheres e cinco homens, que foram detidos em Março e Maio de 2008, continuavam detidos sem julgamento na Prisão de Evin, em Teerão. Todos enfrentavam acusações de espionagem a favor de Israel e "insulto a figuras religiosas sagradas e propaganda contra o sistema". Em Maio, as suas famílias foram informadas de que tinham igualmente sido acusados de "corrupção terrena", crime passível de ser punido com a pena de morte.

Tortura e outras formas de maus-tratos

A tortura e outras formas de maus-tratos durante a detenção preventiva continuaram a ser comuns, facilitadas pela rotineira recusa de acesso dos detidos aos seus advogados e pela impunidade dos responsáveis pelas violações. Entre os métodos usados, incluíam-se os espancamentos graves, enclausuramento em espaços minúsculos, privação de luz, comida e água, bem como a recusa sistemática de tratamento médico. Pelo menos 12 pessoas morreram alegadamente sob custódia em 2009, aparentemente devido a maus-tratos ou falta de cuidados médicos adequados. Não havia notícia de que tivessem sido abertas investigações independentes às alegações de tortura, excepto em Kahrizak.

Castigos cruéis, desumanos e degradantes

Foram decretadas e cumpridas sentenças de flagelação e amputação de membros. Em Fevereiro, o Supremo Tribunal confirmou a sentença que condenou um homem que cegou uma mulher com ácido e recebeu o mesmo castigo.

Pena de morte

O Irão continuou a ser um dos países com maior número de execuções. Pelo menos 388 pessoas foram executadas, incluindo um homem que foi apedrejado até à morte e pelo menos cinco delinquentes juvenis condenados por crimes cometidos quando tinham menos de 18 anos. Pelo menos 14 foram executados em público. Acreditava-se que o número real de execuções tenha sido superior.

O número de execuções aumentou drasticamente durante os tumultos que ocorreram entre as eleições presidenciais de 12 de Junho e a tomada de posse a 5 de Agosto – foram registadas 112 execuções, uma média de mais de duas por dia.

As autoridades levaram a cabo execuções em massa em Janeiro, Março, Julho e Agosto, períodos nos quais foram executadas um total de 77 pessoas.

Pelo menos 11 pessoas condenadas à morte por apedrejamento e pelo menos 136 delinquentes juvenis permaneciam no corredor da morte no final do ano.

■ Delara Darabi, uma mulher de 22 anos condenada por um crime alegadamente cometido quando tinha 17 anos, foi executada a 1 de Maio, apesar de o Chefe do Poder Judicial ter ordenado um adiamento de dois meses.

Visitas/relatórios da Amnistia Internacional

☞ As autoridades continuaram a negar o acesso da Amnistia Internacional ao país. A organização não é autorizada a visitar o Irão para investigar a situação dos direitos humanos desde pouco depois da Revolução Islâmica de 1979.

☞ Direitos Humanos no 30.º aniversário da Revolução Islâmica (MDE 13/010/2009)

☞ Irão: Apresentação à Revisão Periódica Universal da ONU (MDE 13/009/2009)

☞ Irão: Eleições por entre tumultos e repressão da dissidência (MDE 13/053/2009)

☞ Irão: Eleições contestadas, repressão agravada (MDE 13/123/2009)